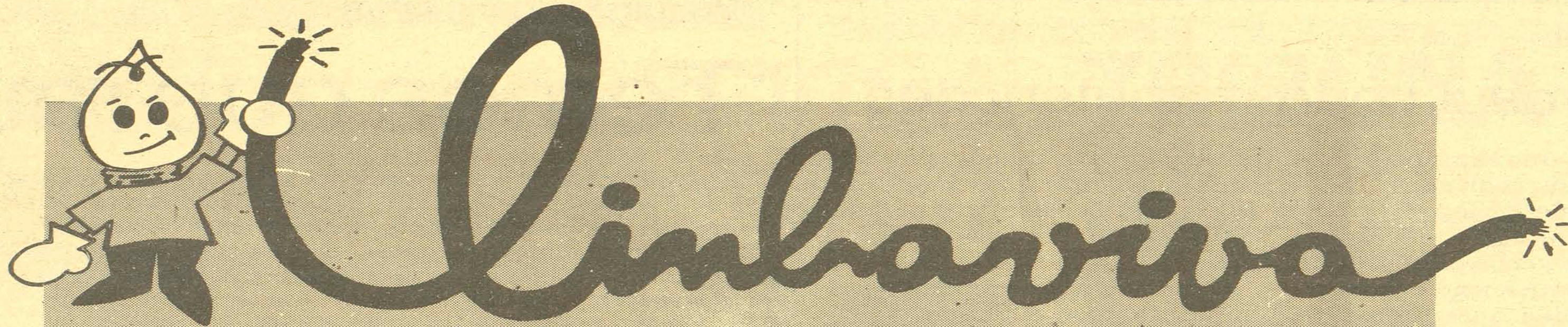




Intersindical dos Eletricitários SC

Nº 107

06/09/90

Fim da greve: categoria sai mobilizada

Enfrentamento com o Governo revelou força do trabalhador e contradições no judiciário

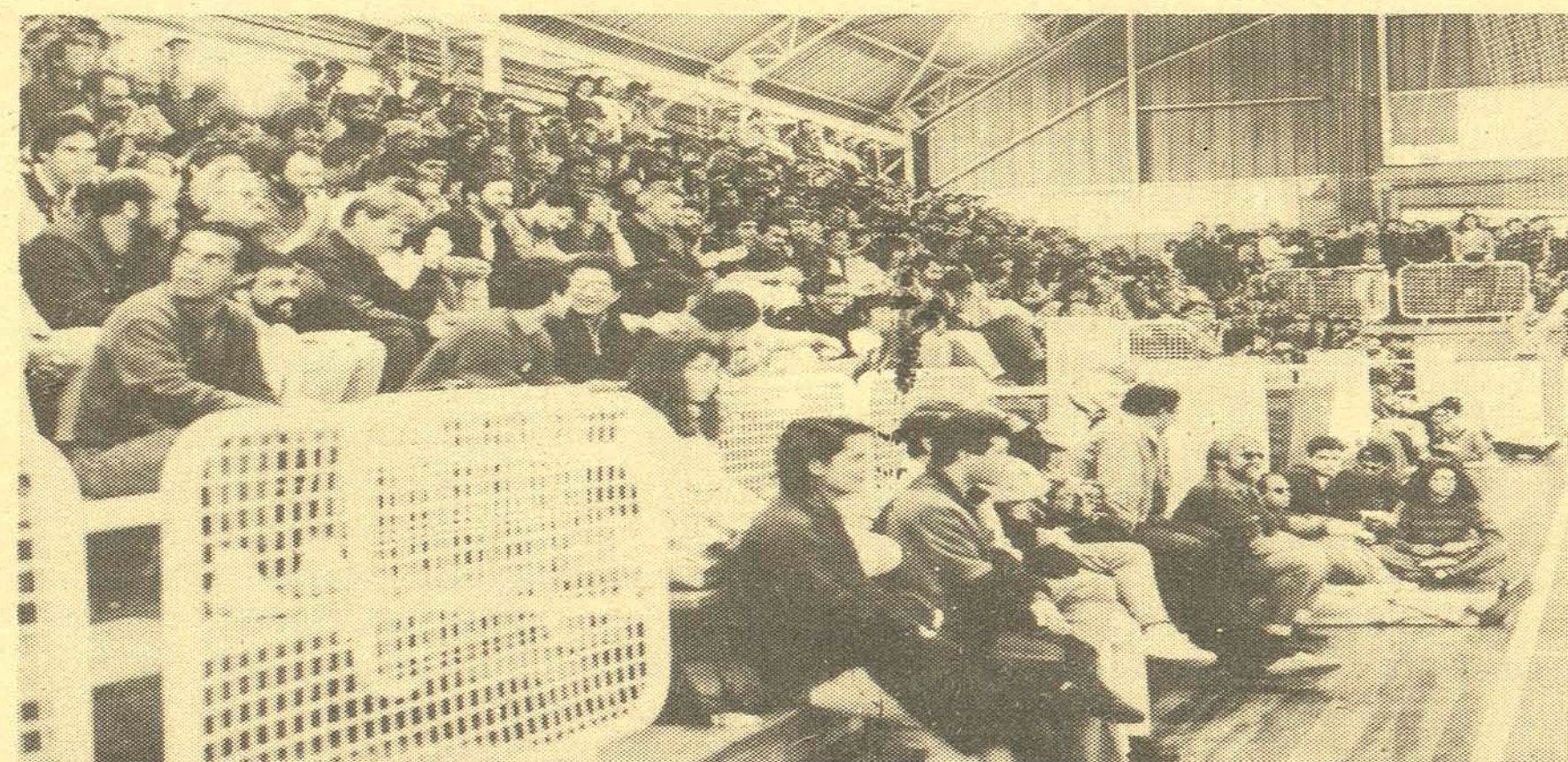
Após 31 dias de greve, os empregados da Eletrosul voltaram ao trabalho no último dia de agosto. Eles entraram na sede da Empresa com roupas pretas ao som do antigo "apesar de você" de Chico Buarque. Um dia antes o Tribunal Superior do Trabalho havia julgado a greve dos eletricitários de 10 empresas "abusiva" e ao invés da reposição de 256% reivindicada, ganharam um abono escalonado: 12 mil para quem ganha até cinco salários mínimos; de quinze até cinco salários, 8 mil e seis mil cruzeiros para quem ganha mais de quinze.

Estava marcado para o dia 31 o início da negociação sobre o desconto dos dias parados, mas devido a

continuidade da greve na Light o Fórum das Empresas acabou não discutindo o assunto com o Comando Nacional. Com o fim da paralisação no dia 3, a reunião acabou acontecendo, mas não havia terminado até o fechamento desta edição.

Delman Ferreira, membro do Comando Nacional dos Eletricitários conta que desde o julgamento da greve dos metalúrgicos da C.S.N. a categoria sabia que "viria ferro" do TST. "O Tribunal passou a assumir o discurso do Plano Collor como se fosse um representante do executivo", conta o sindicalista.

Na avaliação dos eletricitários a greve representou apenas um mo-



Paulinho Nascimento

Na Eletrosul, assembléia esteve lotada

mento de luta que vai se estender durante todo o governo Collor. "Este presidente não vai sossegar enquanto não privatizar e sucatear as estatais, aprofundando o arrocho salarial, mas a gente está preparado para resistir na defesa do patrimônio público e na luta por um Brasil melhor", alerta Mauro Passos. Na verdade os eletricitários terão muita atividade em breve, pois novembro é a sua data-base e como disse Mauro, o fim desta greve é o início da Campanha Salarial.

Na Assembléia do dia 30, o presidente da CUT/SC, Ineir Mitman, falou da única possibilidade concreta de se enfrentar a política econômica

do governo — a construção da greve geral.

Ele convidou todos os eletricitários presentes na assembléia a participarem da construção de uma mobilização nacional. "A CUT elaborou um calendário de lutas, que prevê a realização de assembléias para elaboração de uma pauta de reivindicações, que deve incluir uma política salarial, entre outros itens. Essas assembléias devem acontecer até o dia 7 de setembro.

Até o dia 12 deve estar pronta a estratégia política para se combater a política do governo. Depois dessa intervenção a categoria votou pelo fim da maior mobilização que os eletricitários já realizaram.

Celesc impedindo as negociações



Fo Bion

Chá-de-cadeira: sindicatos esperam o presidente

Depois de diversificadas e insistentes tentativas de contato, a Intersindical chegou à conclusão que é mais fácil falar com o governador do Estado do que com o presidente da Celesc. O assunto a tratar ainda é o início das negociações desta Campanha Salarial. Na segunda-feira a Intersindical passou o dia todo a espera de uma audiência com o presidente da Empresa, sem sucesso. No mesmo dia os Sindicatos conseguiram entregar ao governador uma carta, relatando os retrocessos desta campanha.

No dia 3, a Intersindical enviou a terceira correspondência à diretoria da Celesc reivindicando o imediato início das negociações. Neste dia o Diretor Administrativo deixou claro, mais uma vez, a posição da Empresa de não reconhecer o princípio básico da Intersindical, conta o diretor do Sindicato dos Engenheiros, Luiz Cezare Vieira. Para ele trata-se de uma

estratégia para conturbar o processo de negociação.

Dia 31 foi a vez de ir ao aeroporto esperar a chegada do presidente. O encontro realmente aconteceu, mas terminou bruscamente com a afirmação de que a definição de uma reunião de negociação precisava antes ser discutida na diretoria colegiada. Para Clóvis Finochet, presidente do Sindicato de Lages, tudo indica que a empresa não está priorizando a negociação. E acaba questionando: "Qual será o real propósito de tanta enrolação?"

Por tudo isso, o coordenador da Intersindical, Arno Veiga Cugnier, alerta que não vai ser fácil. "Somente com a participação de todos será possível reverter a situação no sentido de que sejam contempladas as cláusulas da pauta de reivindicações. A Intersindical conseguiu marcar para o dia 10 uma reunião de negociação na Delegacia Regional do Trabalho.

DENÚNCIA

Eletrosul corta manutenções

“Riscos operacionais até agora jamais cogitados”. Esta possibilidade a Eletrosul reconhece formalmente, em função de cortes de verba para programas de manutenção em diversas unidades do sistema. A questão é levantada e comentada do documento “revisão do orçamento operacional e consequências” datado de 01/02/90, e assinado pelo então Diretor de Operações, Milton Mandelli.

O texto que circulou entre todas as diretorias da Empresa, define o cancelamento de manutenções de grande porte nas usinas de Salto Santiago, Salto Osório e Jorge Lacerda, além de manutenções preventivas e corretivas em subestações e linhas de transmissão e comunicação.

“Este documento comprova uma política de sucateamento do setor elétrico e mostra a irresponsabilidade com que se trata uma questão fundamental para a sociedade que é o

abastecimento de energia elétrica”, comenta José Fontoura Dutra Júnior, diretor do Sindicato dos Eletricitários de Tubarão.

O documento foi anexado aos inquéritos que a Polícia Federal está realizando sobre as greves da Eletrosul. “Levando este documento a gente comprova que os problemas que acontecem no sistema durante as greves são apenas reflexos da falta de manutenção e investimentos que se agravam com a paralisação, uma vez que os grevistas apenas garantem o abastecimento”, explica Mauro Passos, coordenador da Intersul.

O texto da Empresa admite “diminuição da confiabilidade do sistema e aumento de deslizamentos intempestivos”. Além das manutenções, foram cortados os pagamentos de horário trajeto, sobreaviso e foram reduzidas as horas extras e viagens para fins operacionais.

EDITORIAL

Collor e o Imposto Sindical

Através de uma Medida Provisória o Governo acabou definitivamente com o Imposto Sindical. Os trabalhadores não terão mais o desconto compulsório de um dia de trabalho por ano para “contribuir” com um fundo do Ministério do Trabalho, confederações, federações e sindicatos. O fim deste imposto era uma reivindicação antiga do sindicalismo combativo.

A iniciativa de Collor, no entanto, não se deve a sua sensibilidade ao pleito dos trabalhadores. O Governo não está preocupado em dismantelar as estruturas viciadas e cartorárias, mas sim avançar em um modelo neo-liberal de sociedade onde a “livre negociação” deve conviver, preferencialmente, com um movimento sindical desarticulado.

Para quem, como a Intersul, deu demonstrações práticas da sua contrariedade ao Imposto, devolvendo o aos eletricitários, é fácil dizer o que Collor pretende. O fim do imposto não é uma tomada de

posição pela liberdade sindical, mas uma medida que se soma a outros procedimentos no sentido de torpedear a organização sindical.

O Ministro Magri afirmou que o seu Ministério está pronto a apoiar entidades que venham a ter dificuldades com a ausência do imposto. Com isso, foi dado o sinal para os velhos companheiros de Magri. Ou alguém acredita que o “auxílio” será dado a entidades cutistas, por exemplo? Ou seja, está resguardado um espaço para quem fizer o sindicalismo “que interessa” ao Governo.

Para os eletricitários e medida não fará diferença. Até porque a maior parte do imposto já lhes foi devolvida. Mas para o sindicalismo de um modo geral se abre uma nova etapa, onde o que vai valer é a efetiva representatividade, ou uma boa amizade com o “sindicalismo de resultado”, pois este certamente terá todo o apoio para não ir à falência.

AVALIAÇÃO DA GREVE

‘Temos que mudar nossas formas de luta’

Avaliar um processo dinâmico como uma greve, que durante 31 dias envolve 100 mil trabalhadores não é tarefa simples. Nesta entrevista, Delman Ferreira, membro do Comando Nacional dos Eletricitários e Mauro Passos, coordenador da Intersul analisam os resultados políticos do movimento e comentam as perspectivas da categoria.

A greve foi vitoriosa ou não?

Delman — A gente só sairia derrotado se tivessem destruído o Comando Nacional dos Eletricitários. Quem faz uma greve com o fôlego dessa que a gente fez, jamais pode ser derrotado, independente do resultado econômico. Ainda, cada lado, está medindo o tamanho das feridas deixadas por este movimento. Podemos não ter sido vitoriosos, mas não fomos derrotados.

Qual a avaliação que se pode fazer desta greve que foi um enfrentamento com o Governo Collor?

Delman — A primeira lição é que o processo tradicional de movimentos, com pauta, negociação, justiça, etc., já não é mais suficiente.

Qual seria a nova forma?

Mauro — Apostar mais na disputa da opinião pública e também discutir este negócio de greve acabar no “tapetão”, no TST. São questões que terão que estar presentes nas preliminares de outros movimentos.

E a abusividade da greve?

Mauro — A categoria tem que ter muito claro que a greve só foi julgada abusiva porque reivindicou reposição fora da data-base. Mas o TST foi contraditório, pois mesmo assim concedeu o abono, que na prática é um reajuste que vai repercutir em 30% na folha de pagamento. Isso foi um reconhecimento da força da greve.

Esta foi a primeira greve efetivamente nacional, com todo mundo entrando junto e saindo junto. E aqui na Eletrosul ouviram-se muitas críticas ao fato das negociações estarem se dando exclusi-

vamente no âmbito nacional pois isso estaria fechando portas para negociações diretas. Como é isso?

Mauro — Esta questão de discutir com a empresa é uma balela. Se a gente foi bater na ante sala do Collor e não conseguiu nada, imagina como seria a coisa por aqui. A falta absoluta de autonomia das empresas é uma lição importante desta greve.

Delman — O próprio Gazaniga já entendeu isso e disse publicamente na frente de um piquete, que até passou na televisão, que não tinha autonomia.

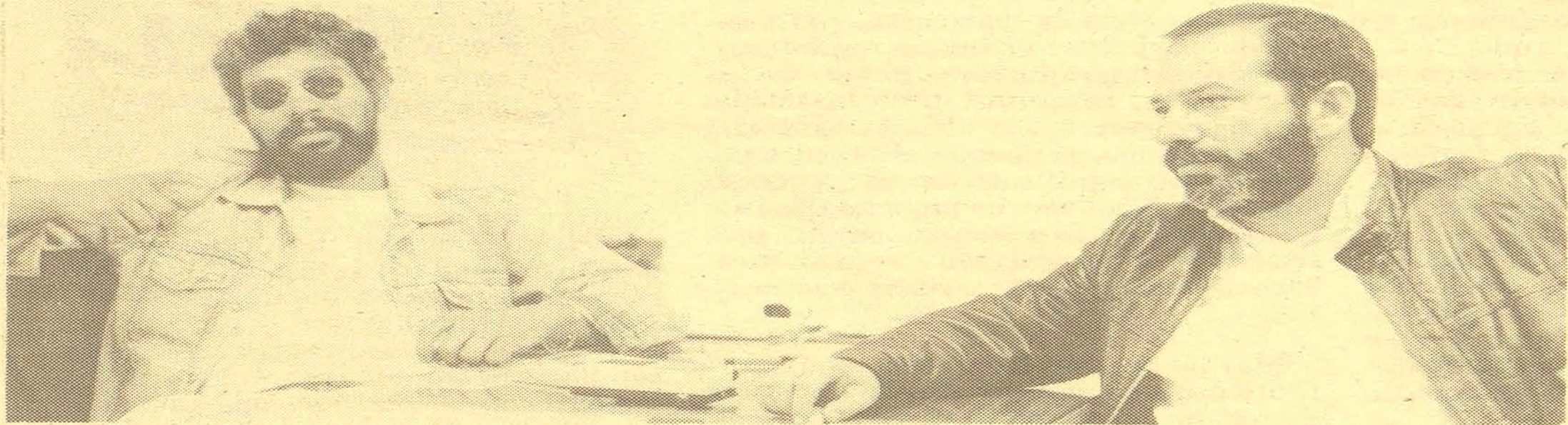
E o Comando Nacional ficou reconhecido definitivamente?

Delman — Hoje o Comando é uma referência que faz parte da vida dos eletricitários do todo país. E até fora da categoria, nos diversos escalões do Governo ele é reconhecido. O Bernardo Cabral e o próprio TST chamam o Comando para negociar, e isso é revelador da efetividade desta estrutura que — diga-se a verdade — na greve de junho não tinha metade deste reconhecimento. Mas ele ainda tem que implantar muita coisa, se organizar melhor.

Mauro — O importante é que com o Comando se passou por cima da estrutura sindical oficial. Confederação, Federação, etc. Foi tudo substituído de fato por um órgão que nasceu da própria base. Agora a categoria está sentindo a presença do Comando, aguardando as suas definições.

Como será a negociação na Campanha Salarial de novembro? Também vai se dar nacionalmente?

Delman e Mauro, preocupados com o futuro da Eletrosul



Delman — O nosso maior desafio será justamente manter esta estrutura nacional. O Governo já sentiu que uma categoria como os eletricitários unificada passa a ser um adversário muito forte e difícil de encerrar. Por isso o esforço deles vai ser descentralizar.

Quais são as perspectivas para a Campanha de novembro?

Delman — Vai depender muito da conjuntura do país. Primeiro a gente vai ter que observar a reunião que a CUT vai ter com os principais Ministros. A Central vai levar uma pauta de reivindicações para isso que parece ser mais uma tentativa de entendimento nacional. Mas por outro lado há uma ameaça de uma recessão brutal, com um arrocho salarial escandaloso. Se isso acontecer o Governo vai nos forçar a um novo momento de luta. E se enganam os que pensam que a gente sai sem força desta greve.

Mauro — A gente percebe no meio da categoria que o pessoal está pronto para botar o bloco na rua se for preciso. Se a conjuntura nos impuser isso, não vai poder ser um movimento isolado. Teremos que ter um nível de articulação mais amplo, com mais categorias envolvidas. Temos que caminhar para uma greve geral mesmo. Pois ela é o único instrumento capaz de reverter uma política econô-

mica antipopular. Até agora o governo está vencendo porque trata movimentos de categorias isoladas, incapazes de mudar os rumos da política econômica lutando sozinhas.

Depois de tantas greves, como está o nível de organização e consciência dentro da Eletrosul?

Delman — Esta greve consolidou um novo patamar. Primeiro o pessoal questionava a criação da Intersindical, até perguntando porque o Sindicato de Florianópolis ia se misturar com os demais. Depois a importância da Intersul foi assimilada. Assim foi com o Comando Nacional. Mas agora se aprende também que uma categoria só, por mais forte que seja, tem limitações.

Mauro — Agora, por exemplo, há o entendimento da questão da central sindical. E por mais que se façam críticas ao papel que cumpre a Central, as pessoas começam a ver que só participando dela se pode fazer uma correção de curso. É outra lição da greve.

E a ingerência da Polícia Federal que foi marcante na greve, especialmente na Eletrosul?

Mauro — A participação da PF na greve foi muito maior em Santa Catarina, e isso revela uma incapacidade da Diretoria da Empresa de contornar minimamente as suas difi-

culdades. Em outros estados a PF apareceu como última instância, depois dos incidentes de Salvador e Brasília, mas aqui ela desempenhou o papel de um departamento da Eletrosul, como se fosse uma assessoria de relações trabalhistas, e isso é muito perigoso para a empresa...

Delman — Isso mostra ainda que o Governo vem tratando as greves como uma questão de Estado. Salário no Brasil hoje é uma questão de Estado. O Governo usa a estrutura que combate tráfico de drogas e contrabando para controlar piquetes na porta da Eletrosul. Isso é vergonhoso.

Mauro — Provavelmente pelo nível de organização sindical na Eletrosul ser mais adiantado, a ação da Polícia se deu em nível preventivo. Aquele episódio de Passo Fundo foi revelador disso. Os policiais entraram na usina para prevenir uma provável negativa de se fazer uma manutenção. É um perigo para a vida da Eletrosul, pois rompeu-se a hierarquia e o respeito do chefe pelo subordinado e vice-versa.

Delman — E agora que se fala muito em retalições e punições ficou uma contradição, pois as pessoas só poderão ser punidas depois de concluído um processo de inquérito na PF, porque a Eletrosul escolheu este caminho.

Celos fazendo desconto ilegal

Os empregados da Celesc que fizeram empréstimos na Fundação Celos e que, com o término do prazo estabelecido, continuaram tendo seus salários descontados, precisam saber que o desconto é indevido, não está previsto no contrato e não é do conhecimento dos Sindicatos. esses empregados possuem duas vias para solucionar o problema: procurar o chefe do DRH e afirmar a desautorização do desconto ou procurar o Departamento Jurídico dos Sindicatos para entrar com ação trabalhista. A ação, nesse caso, se deve ao fato de haver redução salarial.

Paralisação em Xanxerê vitoriosa

Os empregados da Hidroelétrica Xanxerê Ltda, que vinham negociando a reposição das perdas salariais desde março, definiram em assembléia no dia 24 deflagrar greve no dia 31 de julho. A paralisação só não efetivou-se porque no dia seguinte a Empresa apresentou uma proposta que foi aceita pelos empregados: 25% de abono em junho, 35% de antecipação a partir de julho e o retorno das negociações assim que for definida uma política salarial.

Os empregados continuam em Estado de Greve até que o Sindicato de Lages receba da Empresa uma proposta de reposição dos 216% de perdas salariais.

Sindicato com nova assessoria

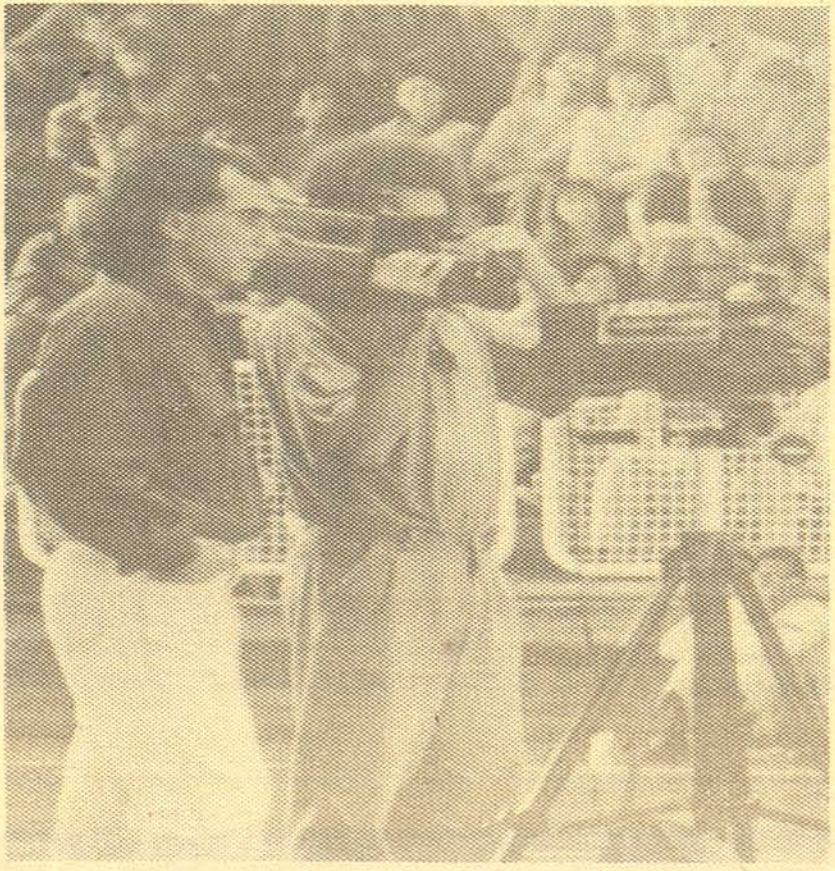
O Sinergia — Fpolis deu mais um passo no sentido de fortalecer a sua estrutura. Desta vez o investimento

visou superar uma velha lacuna: os departamentos de cultura e formação. Foi contratada a socióloga Zenaide Sachet para assessorar estas duas áreas. Já foi elaborado um planejamento de atividades que, em breve, deverão movimentar a categoria. Já durante a greve Zenaide esteve envolvida na articulação de diversos eventos culturais.

A greve vai para a telinha de vídeo

A greve da Eletrosul não vai ser esquecida. Isso porque um vídeo está sendo editado para contar a história destes dias de movimentação. A Intersul contratou uma produtora, que vai trabalhar com imagens e reportagens elaboradas por ela e com material produzido pelos próprios grevistas nas áreas descentralizadas da empresa. A equipe responsável pela elaboração do material, que em breve estará circulando é composta por cineastas e jornalistas e dirigida por

Raimundo Pereira dos Santos — o Pepe, que na foto aparece com a câmara.



TRIBUNA Livre

Manifesto da Central Única dos Trabalhadores

Sem democracia econômica não há democracia política

A Central Única dos Trabalhadores convoca o movimento sindical e conclama os movimentos populares e o povo em geral para uma campanha nacional de luta contra as medidas econômicas recessivas e de arrocho salarial autoritariamente impostas pelo governo Collor.

Sob o pretexto de zerar a inflação o governo fez um pacote econômico que arrochou os salários, aumentou o desemprego e sequestrou as economias de milhares de pequenos poupadores, violentando a democracia e desorganizando a economia. A inflação não acabou e o que está em vigor é um modelo econômico ortodoxo, de inspiração neoliberal, baseado no receituário do FMI.

A recessão e o arrocho salarial são a alma da política econômica Collor. O salário mínimo é o mais baixo da história do país, as pensões e aposentadorias são comprimidas e o desemprego atinge mais de 1 milhão de trabalhadores, só em São Paulo. A redução da produção atinge limites intoleráveis e a questão da terra continua sem solução, enquanto a violência aumenta na cidade e no campo. Ainda assim, os preços continuam subindo enquanto os grandes industriais e banqueiros acumulam lucros fantásticos.

Nesse quadro, governo e classe dominante manipulam os meios de comunicação, procurando inibir a resistência dos que são atingidos por suas medidas. Para isso, monta-se uma farsa diante da opinião pública, alegando que a inflação “zero” ou “declinante” justificaria sacrifícios “temporários”. Assim, as greves e mobilizações seriam prejudiciais, descabidas e inconseqüentes. Para a CUT, longe disso, essas lutas são legítimas e representam exatamente o vigor e a capacidade de resistência da classe trabalhadora.

O momento atual registra um aumento de tensão social, com explosão de conflitos no campo e na cidade. As ocupações de terra se intensificam e as greves passam a ocorrer com longa duração. Do outro lado, o patronato radicaliza, o Congresso mostra-se omissivo e conivente, enquanto o Judiciário adere à ilegalidade inaugurada por Collor.

Como consequência, as greves da Ford, da CSN e dos eletricitários, os episódios do Pontal de Paranapanema e dos Sem Terra em Porto Alegre revelam que essa política aponta para a continuidade e aprofundamento do quadro de inflação, baixos salários e ampliação da miséria. Isso aumenta os desafios do movimento sindical. É preciso combater essa política, atuando em várias frentes e em todos os níveis.

O sucesso do projeto Collor depende em grande parte da manutenção de um congresso submisso e da cumplicidade dos governos estaduais. Por isso a CUT orienta os sindicatos e o conjunto da classe trabalhadora para uma participação ativa no processo eleitoral de outubro, mobilizando, organizando e ajudando a elevar o nível de consciência da população e elegendo candidatos comprometidos com as reivindicações e plataforma de luta dos trabalhadores.

A CUT, como central comprometida com os interesses imediatos e históricos dos trabalhadores, luta contra o arrocho salarial e em defesa do emprego, atacando o “carro chefe” da política econômica de Collor, mas não pode se restringir a isso. Os interesses de outros setores populares e dos trabalhadores não organizados, também atingidos pelo projeto Collor, serão defendidos pelo movimento sindical.

Nesse processo, combinaremos novos e antigos métodos de luta. A greve geral continua, portanto, na ordem do dia. Precisamos ampliar nossas lutas, superando os limites das categorias e regiões, num processo de unificação nacional das lutas.

A Tribuna Livre é um espaço aberto. As matérias, devem ser remetidas para a redação, assinadas, datilografadas, e nunca com mais de 40 linhas de 70 toques. A publicação ficará a critério dos editores.

Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina que tem 7500 exemplares. Diretor Responsável: Glauco Marques. Editores: Gastão Cassel (DRT/RS 61561) e Rosângela Bon (DRT/SC1019). Diagramação: Vera Rotta. Ilustração: Franck Maia. Impressão: Gráfica do jornal **O Estado**. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 21. Fpolis-SC. Ione: (0482) 22-3866, telex: 481555. As matérias assinadas não correspondem necessariamente a opinião do jornal.

A notícia na linha de produção

LINHA alerta

Celso Vicenzi
Presidente do Sindicato
dos Jornalistas - SC

Antes que apedrejem os repórteres e destruam os equipamentos de TV, peça licença para fazer algumas considerações.

A palavra não é neutra, a imagem também não. Mas cuidado, repórter não é dono de televisão.

Para compreender um pouco mais a responsabilidade de cada um no processo de construção da notícia, é preciso alertar que um fato, antes de ir ao ar, passa por uma complexa engrenagem, até chegar, ao vivo e em cores, na voz de Cid Moreira e companhia.

Entre o fato e a versão publicada na imprensa, há a mediação de vários jornalistas. Há casos, mais raros, em que a reportagem e a edição final ficam sob a responsabilidade do mesmo profissional.

O jornalista elabora a matéria a partir da observação, dos dados que obtêm e das fontes de informação com credibilidade. Ao fazer essa mediação — da maneira que considera a mais honesta — apresenta a sua versão erigida a partir do que vê, ouve e analisa. Não é — nunca será (como a sua, leitor, também não é) — uma opinião isenta. Mas a “linha editorial” — em alguns casos um eufemismo para censura — geralmente se encarrega de “pasteurizar” tudo.

Com maior ou menor liberdade de expressão, é um jogo de pesos-pesados: os países desenvolvidos controlam praticamente o circuito mundial de notícias através de cinco agências, editam 83% dos livros publicados no mundo, controlam as 10 maiores agências de publicidade, produzem e exportam 77% dos filmes para cinema. Junte-se o controle que as elites exercem sobre o conteúdo ministrado em cada sala de aula e se tem um impressionante exemplo daquilo que se pode chamar de “formação de consciência”.

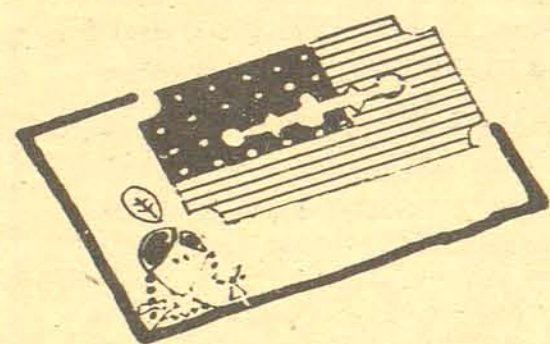
Quanto maior o alcance do veículo de comunicação, mais rígido o controle do “produto” até que esteja pronto e “emballado” para o consumidor. No Brasil, onde a comunicação não é encarada como um bem público, a notícia virou mais um produto do capital na esteira da produção. O problema não é só o que sai da “máquina”. Cláudio Abramo já dizia que “a omissão é uma das formas mais sutis e eficientes de assalto à verdade”. Elmer Davies, falecido editor norte-americano, propunha que os jornais publicassem, na primeira página, o seguinte aviso: “Para a verdade sobre o que você lê abaixo, veja a página editorial”.

Nessa cadeia de transmissão da notícia que envolve repórteres, redatores, revisores, diagramadores, fotógrafos, cinegrafistas, pauteiros, editores, chefes de reportagem e, em última instância, a voz do dono, pequenas alterações podem mudar significativamente a versão dos fatos. Não raro, os proprietários selecionam, para os principais cargos, profissionais à sua imagem e semelhança, especialmente comentaristas e columnistas.

Mas há brechas e exceções e o importante é isso: não ficar omissos e passivos diante do bombardeio de informações. A saída, para os trabalhadores, é lutar pela democratização da comunicação. As concessões de canais de rádio e TV são públicas. Nada mais justo, portanto,

do que sonhar com uma comunicação pluralista, nas mãos, também, de sindicatos, movimentos populares, fundações, universidades, etc.

O movimento sindical tem uma tradição de respeito aos trabalhadores. Em qualquer área. Por isso, não apenas os jornalistas, mas todos os trabalhadores, devem procurar a diferença entre o processo de captação da notícia (que é a busca de dados, versões divergentes e visões antagônicas de um determinado fato) é a utilização da lógica que hoje impera em jornais, revistas, rádios e TVs, que faz da comunicação um bem privado, com nítidos interesses mercadológicos, políticos e ideológicos, que acabam sobrepondo-se aos fatos.



Terra, sangue e cocaína

(parte III)

Os agricultores se defendem como podem. A Central Obrera Boliviana (COB) e a Igreja denunciam que a presença militar dos EUA faz parte de uma estratégia mais ampla de controle militar e político sobre governos e organismos populares violando a soberania do país. Há quartéis no campo; no centro das cidades e nas minas. “Como querem defender o país de ataques estrangeiros que fazem escárnio dos nossos recursos naturais?”, pergunta David Garcia Surco, dirigente da COB. “Estamos próximos de uma invasão norte-americana como a que ocorreu no Panamá”, alerta Guido Tarqui, da Confederação dos Colonizadores.

O temor de Guido estava estampado no rosto daqueles índios que caminharam até 10 quilômetros para participar da manifestação de 14 de janeiro. Mascando folhas de coca, envoltos em capas de plástico — sobras da cobertura dos barracos para se proteger da chuva que mais parece um dilúvio —, ouviram e aplaudiram com palavras de ordem discursos em quechua contra a ocupação do país pelos EUA. No final, queimaram um boneco simbolizando a figura do invasor e ergueram

um cartaz que resistiu à chuva: “Loz produtores de coca de Bolívia orpimidos, perseguidos e castigados, pero jamás submetidos al dominio del imperialismo yanque”.

A única presença do Estado no Chapare é o exército. Os moradores das casinhas de palha ao rez do chão só têm direito à escolas, postos de saúde, serviços de água, luz e transporte porque eles mesmos fazem, através da federação. “Somos governo também, só não podemos dar assistência creditícia e promover o desenvolvimento agroindustrial”, diz Evo Morales. A agropecuária local é de subsistência. A produção agrícola da Bolívia caiu 36% na safra 88/89 e o próprio ministro de assuntos campestres, Mauro Berteiro, reconhece que apenas 6% dos 650 mil pequenos produtores tiveram acesso ao crédito agrícola.

Nas áreas em que a planta de coca foi arrancada à força, o governo não fez nada, até agora. A ONU mandou 22 milhões de dólares para 26 experiência-piloto de substituição do cultivo, incluindo projetos de criar abelhas e peixes. E uma mixaria diante dos 261 milhões que os EUA prometem usar este ano na guerra antidrogas

na Colômbia, Peru e Bolívia. A Itália também oferece 8 milhões de dólares para localizar os narco através de radares. Os cocaleiros querem ver os recursos externos aplicados no Plano Integral de Desenvolvimento Alternativo e Auto-sustentado (Prois), que existe no papel desde 88 e voltou a ser citado pelo presidente Paz Zamora, na cúpula antidrogas, em Cartagena, Colômbia, no início de fevereiro.

Zamora, no entanto, parece dividido entre o Pydis e a propaganda de George Bush de erradicar a coca. Acaba de transformar plantações da folha em parques de proteção ambiental. Expulsou os cocaleiros e agora teme a vinda do Cartel de Medellín, que já tem uma filial informal na Bolívia. Os cocaleiros avisam que, se não for cumprido o Pydis, anulado o decreto sobre produtos controlados que os confunde com os narco e retirado o exército, vão resistir até a morte. E continuam plantando coca para sobreviver. “Estamos aqui porque na cidade não temos nada para comer nem emprego”, argumenta o ex-mineiro Justo Flores, plantado entre 10 mil pés de coca.

Os plantadores de coca de Chapare, na Bolívia, dizem que vão resistir até a morte. Eles não admitem a devastação de suas lavouras em troca de um subsídio que nunca vem. Apoiados pela Central Obrera Boliviana (COB) eles protestam contra o governo e a invasão norte-americana. O repórter Geraldo Hoffmann participou de uma manifestação dos cocaleiros.



Os índios, sob a chuva intensa, mascam coca e protestam

Jaques Mick